

## ESPAÇO GEOGRÁFICO: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO

### GEOGRAPHICAL SPACE: BRIEF THEORETICAL DISCUSSION ABOUT THE CONCEPT

### ESPACIO GEOGRÁFICO: BREVE DISCUSIÓN TEÓRICA SOBRE EL CONCEPTO

Luana Caroline Künast Polon

Docente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* Marechal Cândido Rondon.

luanacaroline.geografia@gmail.com

#### RESUMO

A Geografia já foi considerada como uma ciência em crise, o que talvez ela ainda seja no contexto contemporâneo. As contradições e debates no âmbito da Geografia se perpetuam desde a questão da caracterização e finalidade da própria ciência, até aprofundamentos e questionamentos sobre os conceitos que embasam as discussões geográficas. O espaço aparece comumente como objeto central dos estudos geográficos e, ainda assim gera diversas definições, indagações e percepções por parte dos teóricos da Geografia. Apesar das indefinições acerca do conceito, compreender o espaço é de fundamental relevância no âmbito da Geografia, uma vez que sobre este estão estruturados os demais conceitos pertinentes à Ciência Geográfica. Os debates teóricos que se inserem no campo do questionamento acerca dos conceitos da Geografia, são fontes de amadurecimento conceitual e metodológico, gerando possibilidades de reafirmação ou modificação da forma pela qual as pesquisas na Geografia abordam os elementos conceituais. Assim, entende-se que historicamente os debates teóricos são promulgadores do processo de evolução da própria Ciência Geográfica.

**Palavras chave:** Espaço Geográfico; Discussão teórico-conceitual; Geografia.

#### ABSTRACT

Geography has been considered a science in crisis, perhaps it is still in the contemporary context. Contradictions and debates within the Geography perpetuate themselves from the issue of characterization and purpose of science itself, to insights and questions about the concepts underlying the geographical discussions. The space appears commonly as the main object of geographical studies and still generates many definitions, questions and insights by the theoreticians of geography. Despite uncertainties about the concept, understand the space is of fundamental importance in the context of geography, since this is structured other relevant concepts to Geographic Science. The theoretical debates that fall in the questioning about the concepts of geography field are sources of conceptual and methodological maturity, generating possibilities for reaffirmation or modification of the way in which research in Geography address the conceptual elements. Thus, it is understood that historically the theoretical debates are promulgators of the process of evolution itself Geographic Science.

**Keywords:** Geographic Space; Theoretical and conceptual discussion; Geography.

## RESUMEN

La geografía ha sido considerada como una ciencia en crisis, lo que quizás aún se encuentra en el contexto contemporáneo. Contradicciones y debates dentro de la Geografía perpetúan a sí mismos de la cuestión de la caracterización y el propósito de la ciencia misma, a ideas y preguntas acerca de los conceptos que subyacen a las discusiones geográficas. El espacio aparece comúnmente como el principal objeto de los estudios geográficos y todavía genera muchas definiciones, preguntas y reflexiones de los teóricos de la geografía. A pesar de las incertidumbres sobre el concepto, entender el espacio es de fundamental importancia en el contexto de la geografía, ya que este está estructurado otros conceptos relevantes para la ciencia geográfica. Los debates teóricos que caen en el cuestionamiento acerca de los conceptos de campo de la geografía, son fuentes de madurez conceptual y metodológica, generando posibilidades de reafirmación o modificación de la forma en que la investigación en Geografía aborda los elementos conceptuales. Por lo tanto, se entiende que, históricamente, los debates teóricos son divulgadores del proceso de la evolución misma ciencia geográfica.

**Palabras clave:** Espacio Geográfica; Discusión teórica y conceptual; Geografía.

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo da Ciência Geográfica é convencional que o espaço geográfico seja referenciado enquanto conceito primordial das abordagens, sendo considerado por vários autores como o objeto da Geografia. As análises, no entanto, não se esgotam no conceito em questão, mas se ampliam no sentido de compreender os territórios, a região, os lugares e as paisagens, bem como as fronteiras. Apesar disso, ainda existem discursos que afirmam que o espaço é um conceito pouco discutido no âmbito da própria Geografia, sendo mais discutida a própria ciência e sua funcionalidade na compreensão das relações entre a sociedade e a natureza, conforme Santos (2014, p. 18), “discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto”. Assim, reafirma-se que as discussões teóricas acerca dos conceitos da Geografia não são uma questão finalizada, mas que possibilitam novas e constantes reflexões.

Diversos autores, no decorrer do tempo, já abordaram sobre os vários aspectos relativos à noção de espaço geográfico, desde Henry Lefebvre, Richard Hartshorne, Rhalf Magalhães Braga. No caso brasileiro, destacam-se as intervenções de Milton Santos, Ruy Moreira, Roberto Lobato Corrêa, dentre outros. E estas abordagens são essenciais para que se estabeleça o questionamento, gerando debates construtivos e possíveis modificações na forma pela qual o conceito é interpretado pelos pesquisadores. Esse questionamento é fundamental ao próprio amadurecimento da Geografia enquanto ciência. Essa discussão acerca dos conceitos primordiais na Geografia possibilita também um questionamento quanto à unidade do pensamento geográfico, uma vez que existem contradições e discrepâncias quando o assunto é descrever qual a finalidade, ou precisamente, o que é a Geografia.

A Geografia foi, no contexto das abordagens positivistas, considerada como uma ciência de síntese. Ou seja, que não possuía um objeto próprio que a definisse. Superada, pelo menos em tese, essa definição abrangente, a Geografia define um método e objetos específicos, constrói uma história repleta de crises e questionamentos, e se estabelece enquanto forte campo científico. No entanto, como ocorre com outras ciências também, a Geografia não evoluiu sem críticas e indagações, de modo que surgem questionamentos quanto ao cunho dela diante do contexto científico, no sentido de questionar se a Geografia seria pautada na síntese, no contato, se humana, se física, se uma Geografia ou se “Geografias”. Essas discussões ainda insistem em surgir nos debates epistemológicos geográficos e, são estes que fornecem subsídios para a evolução do pensamento geográfico, o qual nem de longe encontra-se cristalizado.

Tendo como base estas premissas, o artigo aqui apresentado teve como intenção refletir acerca do conceito de espaço geográfico, visitando alguns autores que discutiram e forneceram condições para que a Geografia se afirmasse enquanto ciência, e estabelecesse um conceito primordial, o qual está intimamente integrado com os demais conceitos da Geografia. Assim, não de modo a abarcar toda complexidade da questão, até porque isso não seria possível neste contexto, objetivou-se a discussão teórica e problematização do espaço no âmbito da Ciência Geográfica, como forma de subsídio para reflexão acerca da questão.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que na brevidade de um artigo não se torna possível abarcar as discussões desenvolvidas pelos muitos autores que já se debruçaram sobre a questão conceitual na Geografia, portanto, optou-se por elencar um arcabouço teórico limitado para discutir noções acerca do espaço geográfico, utilizando-se para tal leituras predefinidas dentro de um acervo mais amplo possível. Neste sentido, faz-se uma contextualização das fases pelas quais passou a Geografia, atrelando à isso a evolução do próprio conceito de espaço geográfico, discorrendo sobre a integração deste conceito como elemento primordial no entendimento das transformações geográficas ocorridas no tempo. A questão central é, portanto, promover uma discussão sobre conceitos e problemáticas levantadas por alguns dos principais autores da Geografia, visando pensar no conceito e compreender que a própria forma de concebê-lo foi alterada ao longo da história da Geografia enquanto ciência.

Os autores elencados para embasar a presente discussão se constituem em importantes referenciais no contexto da Geografia. Apesar da diversidade de autores que poderiam ter sido escolhidos como referenciais, compreendeu-se que os autores revisitados são suficientes para atingir o objetivo direcionador do artigo, ou seja, traçar considerações sobre o conceito de espaço geográfico, rebuscando em seu aparato histórico as bases para compreender como este foi inserido enquanto objeto primordial da Geografia.

Os referenciais teóricos escolhidos podem ser considerados como contemporâneos, sendo alguns estrangeiros, como no caso de Claude Raffestin e Paul Claval, bem como Yi-Fu Tuan. No caso de Milton Santos, embora brasileiro e tenha expressiva produção sobre o Brasil, cabe destacar que boa parte de sua trajetória intelectual ocorreu na França. E ainda, geógrafos nacionais como Roberto Lobato Corrêa, Ruy Moreira e Marcelo Lopes de Souza. O artigo primou pela diversidade de pensamento, uma vez que as abordagens dos referidos autores não seguem um padrão único de referência, mas cada qual entende a Geografia e os conceitos desta de um modo particular, pautado em seus trabalhos intelectuais. Cabe ainda destacar que os referidos autores não foram pioneiros em discutir o espaço geográfico, mas de alguma forma foram influenciados também pelos autores mais clássicos da Ciência Geográfica, permeando suas discussões em análises já efetuadas anteriormente, embora respeitando-se particularidades inerentes ao olhar geográfico de cada um dos autores.

## 3. DISCUSSÃO

A Geografia passou por várias transformações ao longo do tempo, especialmente quanto à evolução teórico-conceitual. Dentre as caracterizações mais comuns hoje estão a definição da Geografia enquanto ciência capaz de compreender o espaço geográfico por meio das interações entre a sociedade e a natureza. A Geografia possui, contemporaneamente, conceitos específicos que permeiam suas análises, conforme demonstra Corrêa (2000):

Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam em si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Durante o contexto da Geografia Tradicional, período que se estende aproximadamente desde 1870 (quando a Geografia se torna uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias) até 1950, desestabilizado pela Revolução Teorético-Quantitativa, há uma predominância das abordagens embasadas pelos conceitos de paisagem e região, reconhecendo neles o objeto da Geografia, e sua identidade perante às demais ciências. O espaço, naquele contexto, era abordado apenas de forma secundária, enquanto as análises que permeavam as discussões geográficas eram principalmente a noção de paisagem, a região natural, região-paisagem, paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. Para Corrêa (2000), apesar de não ser considerado como conceito primordial na Geografia Tradicional, o espaço aparece em obras de dois grandes expoentes do contexto, Friedrich Ratzel e Richard Hartshorne, ainda que de modo apenas indireto.

Friedrich Ratzel foi um dos grandes teóricos da Geografia, inclusive considerado como “pai da geopolítica”, para o qual o espaço é base indispensável para a vida do homem, sendo que o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem. Ratzel desenvolve dois importantes conceitos em sua obra: Território e Espaço Vital. O primeiro, na visão de Ratzel, é considerado como processo de apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo. Enquanto o segundo se refere à noção de que as necessidades territoriais de uma sociedade estão relacionadas ao seu desenvolvimento tecnológico, assim, quanto mais desenvolvida uma sociedade, tão maior será sua necessidade de expansão territorial. Essa noção está fortemente ligada ao determinismo geográfico, afirmando que aquelas populações que dispusessem de melhor espaço vital estariam mais aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios. Segundo Corrêa (2000), na obra de Ratzel, o espaço se transforma, através da política, em território, o que para autor é conceito-chave da Geografia.

Outro importante referencial no campo da Geografia é Richard Hartshorne, geógrafo estadunidense que viveu entre os anos de 1899 até 1992. Hartshorne cunhou a noção de Espaço Absoluto, ou seja, o espaço seria um conjunto de pontos que possuem existência entre si. A visão do autor tem base nas ideias de Kant, influenciado por Newton, afirmando que o espaço e o tempo se associam a todas as dimensões da vida. A noção de espaço estava fortemente ligada à ideia de área, enquanto delimitação. No contexto mais geral, a Geografia seria considerada enquanto ciência responsável pelo estudo de todos os fenômenos organizados ao longo do espaço. Ao ponto que a História seria a ciência responsável pelos estudos dos fenômenos em relação ao tempo. Para Hartshorne (*apud* Corrêa, 2000) o conceito de espaço seria “somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade [...] a área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações”.

Além destes, outros autores tiveram importância significativa no contexto da evolução dos conceitos e discussões geográficas. Corrêa (2000) analisa que com a Revolução Teorético-Quantitativa, a partir de 1950, o espaço passa a ser delimitado segundo duas vertentes de análise, caracterizado enquanto Planície Isotrópica e Representação Matricial. O primeiro é definido como superfície plana com as mesmas propriedades físicas em todas as direções, homogênea. Enquanto o segundo se define por uma suposição de que o espaço possa ser tratado como uma superfície plana, onde cada célula está associada a uma porção do terreno. Portanto, uma visão objetiva e numérica, própria da concepção estatística que emergia no contexto, visando legitimar a Geografia enquanto ciência.

As mudanças conceituais eram também acompanhadas por transformações na própria definição do campo de atuação e da definição do que seria a Geografia. Predominava uma visão de unidade epistemológica da ciência, a qual tinha suas bases na natureza, sendo que o método predominante adotado foi o hipotético-dedutivo, pois tudo deveria ser demonstrado e provado por meio de dados numéricos, para que fosse considerado como científico. Neste contexto, o conceito de espaço aparece como conceito-chave, de modo que o conceito de paisagem, por aparentemente possuir maior subjetividade, é deixado de lado, enquanto o de região é agrupado segundo normas estatísticas, com a finalidade de se enquadrar no movimento científico emergente. Os conceitos de lugar e território são considerados conceitos secundários neste contexto.

Superada essa fase, pelo menos em tese, a década de 1970 faz emergir na Geografia novas abordagens. A Geografia Crítica, que surge no seio de um descontentamento com o método quantitativo, tem como base o materialismo histórico e a dialética, calcado nas ideias de Karl Marx, principalmente. Moreira (2000) discorre

que a aproximação entre a renovação da Geografia e as temáticas do marxismo cria uma ideia de marxismo como base filosófica e político-ideológica da renovação. Moreira reconhece que há a presença do marxismo no processo de renovação da Geografia, “mas se um inédito processo de refundição marxista ocorre por dentro da renovação, esta todavia não se confunde com aquele” (MOREIRA, 2000). Portanto, não há, neste sentido, uma Geografia marxista, mas a recorrente discussão das ideias geográficas sob um viés marxista.

Segundo Moreira (1993) o espaço geográfico só se caracteriza como formação econômico-social devido ao modo de produção/reprodução dos bens materiais. Assim, a existência permanente se dá através da repetição. “Sem reprodução da produção, a produção do arranjo espacial seria efêmera, restrita ao momento da socialização da natureza” (MOREIRA, 1993). Quando há uma excessiva reprodução dos bens materiais, há também uma extrapolação entre os limites da dialética do espaço. Moreira (1993) afirma que “a reprodução do processo de produção é, obrigatoriamente, uma reprodução das relações de produção [...] com a reprodução das relações infraestruturais, reproduzem-se as relações superestruturais, numa cadeia em que se reproduz a totalidade da formação econômico-social conjuntamente”. Assim, a reprodução se dá em escala global, e reflete-se em reprodução das estruturas de classe.

Moreira (1993) analisa que “a manifestação do espaço como instância econômica dá origem ao que chamamos ‘arranjo espacial econômico’”. O espaço no processo produtivo é primeira natureza, por ser objeto de trabalho, mas também segunda natureza, por ser condição de reprodução. A formação sócio-espacial é processo de acumulação, por ser o resultado e o impulsor do processo histórico, é assim, o armazenamento daquilo que é produzido pelo homem. Os objetos que constituem o arranjo espacial são coisas produzidas e acumuladas durante o processo de reprodução, são os instrumentos de trabalho e os meios de consumo. Em uma sociedade com base no capitalismo, as forças produtivas buscam alcançar altos índices de desenvolvimento, onde a socialização da natureza se dá em escala ampliada, embora prevalecendo a distribuição desigual desta apropriação. Este processo é “caracterizado por forte superioridade do homem sobre o seu meio” (MOREIRA, 1993). Outra característica comum é que a força de trabalho encontra-se separada dos meios de produção, gerando a alienação do trabalhador. A relação empregado/empregador se estabelece através do salário e da mais-valia.

Apesar do conceito de espaço ser amplamente relacionado aos temas de cunho marxista, torna-se relevante destacar que Marx, em seus escritos, não estabelece menção clara à questão espacial. Aos marxistas o espaço em si não tem valor de troca, mas apenas o valor do uso que lhe é atribuído. Para Raffestin (1993) “o espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação”. Não sendo, portanto, um objeto comum aos pensadores marxistas, importando mais as relações de produção que se estabelecem no tempo e espaço. É pertinente ao geógrafo compreender que o espaço é anterior ao território, sendo, portanto, através do espaço que se formam os múltiplos territórios.

O território é um espaço onde foi inserida alguma atividade, e as relações que se estabelecem no espaço são determinados por poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993). Assim, considera-se, segundo a visão de Raffestin (1933), que a Geografia não é a ciência dos lugares ou do espaço, criticando a posição de Vidal de La Blache, mas especialmente a Geografia Humana teria o papel de considerar a consciência do conhecimento, bem como as práticas que os homens teriam no espaço, enquanto realidade concreta. Conforme essa visão, é impossível se falar do espaço sem considerar o elemento humano nas análises.

Quanto ao método, o materialismo histórico é permeado pelas ideias de que as mudanças em termos tecnológicos, bem como no modo de produção das sociedades, são os fatores de maior relevância em termos de mudanças no âmbito social, bem como no político e jurídico. Enquanto a questão dialética se pauta na perspectiva do entendimento de que os fenômenos sociais são analisados sob um viés específico, que leva em consideração a Tese, a Antítese e a Síntese. Visando questionar os problemas, não apenas considerá-los a partir de metodologias descritivas ou numéricas.

A partir do momento da renovação da Geografia, o espaço passa a ser considerado como instrumento político, campo de ações dos indivíduos ou grupos, relacionado principalmente à questão das relações de trabalho. Assim, entende-se, nesta perspectiva, que o espaço é historicamente produzido pelo homem enquanto este se organiza politicamente e economicamente, a partir das relações sociais. Santos (*apud*

CORRÊA, 2000, p. 05) afirma que “as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”. Assim, no âmbito do materialismo histórico, através das relações de produção é que as várias sociedades irão modificar o espaço geográfico, visando atender às necessidades do contexto em questão, imprimindo suas marcas espaciais.

Com a renovação da Geografia, o trabalho aparece enquanto essência do espaço, enquanto espaço produzido. Essa mesma ideia já havia sido analisada por Milton Santos, Lacoste e Quaini. Moreira (2000) aponta que Quaini apresentou a dinâmica desterritorial do capitalismo, e aqui se reforça a dificuldade. A irrelevância do sujeito do trabalho. Moreira critica o tipo de marxismo que estava atrelado à Geografia, “neste marxismo, e reprodutivamente na geografia, a trajetória do trabalho começa na relação homem-meio e explicita-se na divisão territorial, e o conceito é por essência um entendimento de natureza econômica” (MOREIRA, 2000, p. 39). Assim, o espaço aparece com a “cara” do capital, e não com a do homem que o cria. “A produção do espaço nunca aparece portanto como um processo de hominização do próprio homem” (MOREIRA, 2000, p. 39). Surgem críticas quanto ao novo modo pelo qual a Geografia demonstrava tendência a se consolidar.

Milton Santos foi amplamente influenciado pelas ideias de Henri Lefebvre, que por sua vez foi influenciado pelas teorias de Karl Marx. Os citados autores entendem que uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, seja do espaço que ela mesma produz, ou do espaço que é inteligível através da própria sociedade. Para Santos (*apud* CORRÊA, 2000) o espaço geográfico pode ser compreendido a partir de algumas categorias de análise específicas, sendo elas a forma, a função, a estrutura e o processo. Todas precisam estar alinhadas para que seja possível o entendimento do espaço geográfico, pois de forma isolada, demonstram apenas uma realidade parcial.

Enquanto forma entende-se o aspecto visível de um objeto, seja visto isoladamente ou em um arranjo mais amplo (casa, bairro, rede urbana, etc.). A função é definida como tarefa, atividade ou papel do objeto criado (a forma). Ou seja, qual a serventia daquela forma existente. Deste modo, forma e função não podem ser dissociadas. A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo, ou seja, é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas. É assim, o contexto na qual a forma está estabelecida. Já os processos são aqueles fenômenos que decorrem das contradições internas das estruturas social e econômica. Ou seja, o processo é uma estrutura em seu movimento de transformação.

Assim, para Santos (2008a, p. 27) “o espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. No espaço a natureza e sociedade são mediatizadas pelo trabalho, estando este na base das relações sociais. Assim, o espaço geográfico é composto por um sistema de objetos, os quais são de ordem natural e social, atrelando-se a isso também a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento. Assim, há fenômenos em movimento, os quais são representados pela sociedade, e há também uma existência concreta, a qual é representada pelo espaço geográfico.

O espaço é sempre uma constante, um estado presente, uma vez que se concretiza em conformidade com os variados tempos históricos. É considerado, portanto, um sistema de valores que está em transformação permanente. Santos (2008a) afirma que a natureza do espaço é a soma do resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2014, p. 63).

Assim como o espaço, a própria Geografia também é dinâmica, e eis que também na década de 1970 surge um novo modo de perceber as problemáticas da Geografia. Uma corrente de pensamento denominada de Geografia Humanista e Cultural, a qual está calcada na Fenomenologia e no Existencialismo, as quais tem como base a subjetividade, a valorização dos sentimentos, uma análise das experiências individuais e coletivas, e o simbolismo. A Geografia Humanista e Cultural promoveu um processo de revalorização do conceito de paisagem, bem como da região, enquanto o espaço adquire a ideia de Espaço Vivido, ou seja, representado pela subjetividade das experiências individuais. Um importante expoente da Geografia Cultural é Paul Claval, o qual analisa que os novos enfoques da Geografia, segundo a lógica fenomenológica, buscam

compreender o espaço como “palco” onde as representações se desenrolam. Assim, “existe uma relação estreita entre a intriga apresentada e o cenário onde acontece” (CLAVAL, 2002, p. 33). Frisando, assim, que as relações sociais estão intrínsecas à constituição do espaço.

Um dos mais importantes teóricos desta linha de pensamento é Yi-Fu Tuan, para o qual existem vários tipos de espaços, como o espaço pessoal, espaço grupal, espaço mítico, espaço sagrado, dentre outros. Tuan (1980) aborda a questão dos espaços sagrados, os quais seriam um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo. Enquanto os espaços profanos seriam caracterizados pela existência de elementos que não possuam sacralidade. A linha de pensamento em questão ainda enfrenta algumas limitações para se afirmar e fortalecer, especialmente diante da força que as abordagens de cunho crítico alcançaram no contexto da Geografia contemporânea. Ainda assim, são estudos relevantes, e que têm conquistado seu espaço na Geografia brasileira.

O espaço é um conceito complexo, questionado por vários teóricos do campo da Geografia, e um destes, que promove uma visão metafórica para explicar o espaço, é Ruy Moreira. O autor em questão aborda o espaço geográfico comparado a uma quadra de futebol de salão, de modo que o arranjo do terreno reproduz as regras do jogo. Mas nesta mesma quadra podem ser jogados outros esportes, como vôlei, basquete ou handebol. Da mesma forma, o espaço geográfico é transformado em conformidade com as “regras” da sociedade (MOREIRA, 1993). Assim, entende-se que o espaço geográfico é dinamizado a partir das relações sociais que nele se estabelecem em períodos históricos diversos.

Com base nas teorias marxistas, Moreira (1993) analisa que a história dos homens e da natureza são inseparáveis, portanto, a relação homem-meio é também uma relação história-natureza. A natureza socializada possui em si a natureza original (primeira natureza), sendo esta última, a essência da primeira, esse processo se constitui através do trabalho. Portanto, temos uma relação dialética entre sociedade e natureza, representada através da materialidade, “a *forma-natureza*, transmutou-se em uma segunda, a *forma-sociedade*, que ao mesmo tempo contém e nega a primeira” (MOREIRA, 1993, p. 36). Assim, a história dos homens é caracterizada pela transformação permanente da natureza em sociedade.

Entende-se, neste sentido, que o homem, por intermédio do seu trabalho tem o poder de alterar o meio em que está inserido, assim como o meio tem o potencial de interferir nas atividades humanas, provendo, portanto, uma relação dialética entre sociedade e natureza. Como primeira natureza, neste contexto, entende-se o espaço físico não alterado pelas mãos humanas. Enquanto a segunda natureza é entendida como aquela já transformada pelo homem, ou seja, se constitui em um espaço social. Consequentemente, quanto maior for o avanço técnico-científico-informacional de uma dada sociedade, respectivamente menores serão os espaços naturais, dentro de uma lógica que afirma que quanto mais distantes estão os objetos da natureza, mais perfeitos eles são. Enquanto aqueles objetos que se encontram próximos à natureza, são considerados imperfeitos, porque não transformados pelo homem em produtos secundários, por meio das relações de trabalho.

Assim, segundo Giometti; Pitton; Ortigoza (2016, p. 34):

No conceito de espaço geográfico está implícita a ideia de articulação entre natureza e sociedade. Na busca desta articulação, a Geografia tem que trabalhar, de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles; e de outro, verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos sistemas naturais

Segundo uma lógica de ruptura da dicotomia entre a Geografia Física e a Geografia Humana, as análises acerca do espaço consideram as interações, percebendo que existem elementos dinamizados pelas relações sociais transformando constantemente a configuração espacial. Essa concepção da modificação do espaço geográfico por meio das relações sociais encontra discrepâncias mesmo entre os próprios autores da

Geografia. Souza (2015), com base em Élisée Reclus, analisa que a concepção de primeira natureza e segunda natureza pode ser considerada diferente do que aquela caracterizada pelas ideias de Marx. Assim,

O espaço da “natureza primeira”, a rigor, se refere à natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência. Ora, o simples fato de se observar e estudar a natureza, mesmo dentro de um enfoque “laboratorial”, típico das ciências naturais, já implica uma concepção (e até uma valoração) da natureza. [...] Já o espaço da “natureza segunda” abrange desde a materialidade transformada pela sociedade (campos de cultivo, infraestrutura, cidades, etc.) até os espaços simbólicos e as projeções espaciais do poder, que representam o entrelaçamento dos aspectos imaterial e material da espacialidade social (SOUZA, 2015, p. 31).

Torna-se relevante destacar que, no contexto da Geografia, é impossível se falar do espaço geográfico e eliminar desta análise a figura humana. Pois para se conhecer o espaço “é necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam” (SOUZA, 2015, p. 16). Neste contexto, Souza (2015) propõe uma abordagem que leve em consideração a noção de “sócio-espacial”, entendida como a abordagem do espaço que inclui a sociedade nas análises, assim, considera-se o campo material da atuação, ou seja, o espaço físico em si, mas também as relações sociais, como agentes transformadoras e responsáveis pela constituição do espaço geográfico. O autor entende que a configuração de espaço geográfico seria caracterizada segundo uma lógica mais abrangente, enquanto o espaço social é considerado como mais específico, central (SOUZA, 2015).

Retomando a questão histórica da evolução do pensamento geográfico, cabe destacar que no contexto da renovação da Geografia, a ausência de uma nova linguagem adequada às mudanças no pensamento geográfico foi a responsável pela dificuldade empírica, onde “a renovação enveredou num círculo vicioso: a questão teórica e a questão prática bloquearam-se mutuamente” (MOREIRA, 2000, p. 41). Assim, a produção na Geografia teve que buscar em outras ciências uma linguagem pertinente, entre os geógrafos físicos a busca foi na física, química, geologia ou nas engenharias. Já entre os geógrafos humanos, a busca se estendeu à sociologia e a economia.

Diante deste quadro, a Geografia entra em um processo de crise de identidade, sem saber ao certo o que ela é. Havia uma produção voltada à essa nova linguagem, mas, Moreira (2000) critica que Lacoste foi dispensado neste sentido, devido ao fato de que a renovação da linguagem da representação cartográfica ficou de fora das discussões sobre o conceito de espaço. A dificuldade, portanto, consiste nisso, o conceito de espaço não evoluiu em conjunto com renovação. Outro problema apontado por Ruy Moreira (2000) é quanto à escassa discussão acerca do conceito de natureza, até os dias atuais os geógrafos sentem a falta de uma discussão mais profunda acerca da natureza, “a crítica do sujeito não avança. E o próprio debate sobre o conceito de espaço lentamente vai se esgotando, paralisado por um parâmetro que não podia ser ele mesmo. Eis o que se revela na ida ao campo” (MOREIRA, 2000, p. 45).

A construção do pensamento científico é um processo complexo. Santos (2008b) afirma que “o objeto pode ou não possuir existência objetiva [...] mas o conhecimento será, sempre, o que está sendo sistematizado pelo sujeito de sua relação com o próprio objeto” (SANTOS, 2008b, p. 36). Assim, segundo o autor, na Geografia utilizam-se os termos paisagem, regiões, territórios, áreas, espaços, mas o que vai designar o conteúdo do estudo é a relação com o sujeito, no processo da construção da dúvida.

O autor explica, com base em Hegel, que

[...] se a coisa é espaço, região ou qualquer outro recorte, tudo isso será feito pelo sujeito que, no esforço da relação, vai percorrendo o “caminho” que é a construção do conhecimento, na medida em que sua relação com o objeto transmuta-se por ser contraditoriamente cumulativa. Nada aqui pressupõe qualquer linearidade. O processo do conhecimento nos permite admitir que hoje conhecemos mais que ontem sem que nessa aparente somatória não esteja, igualmente embutida todo o “não conhecer” que o conhecer desvela (SANTOS, 2008b, p. 37).



Santos (1996) reflete que diversos geógrafos silenciam sobre o espaço, e discutem cada vez mais sobre o que é a Geografia, e menos sobre o que é o espaço. Estão, segundo ele, perdendo o foco, e mal sabem definir o conceito objeto de sua ciência, que é justamente o espaço. “Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a Geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo ‘uma viúva do espaço’” (SANTOS, 1996, p. 92). O autor explica que a Geografia

[...] posta ao serviço das coisas e não mais do homem, a busca de uma identidade ou de uma legitimação realmente científica deixou de ser uma preocupação permanente para ser um estorvo a um trabalho que se tornou muito mais ligado ao mundo dos negócios do que ao interesse social [...] A reflexão tornou-se, assim, desnecessária (SANTOS, 1996, p. 92).

Desde o ano de 1978, o pensamento geográfico passa por um processo de questionamento e renovação mais intenso. Moreira (2000) aponta que desde pelo menos 1974 a Geografia brasileira já passava por um momento de “grande ebulição”, a crítica e a busca pela renovação da ciência podiam ser percebidas em todos os cantos do país. Assim, no Encontro de 1978, em Fortaleza, os primeiros passos para a renovação já estavam sendo pensados. No 3º ENG (Encontro Nacional de Geógrafos) a conscientização de que haviam descontentamentos já era evidente, os quais indicavam a necessidade de mudanças.

A crise na Geografia não era apenas brasileira, mas já era anunciada por Lacoste em “A Geografia”, nas décadas de 1950/1960. E ainda, seu livro posterior, “A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, de 1977. Através disso, já podiam ser vistas as rupturas na Geografia Tradicional. As críticas de Lacoste se tornaram as bases essenciais da renovação da Geografia – A questão epistemológica, a questão da dicotomia homem-meio, a questão ideológica, teórico-metodológica, do isolamento interdisciplinar, o envolvimento classistas (Geografia pra quem?), da representação cartográfica. Moreira (2000), no entanto, lamenta a pouca atenção que foi dada à obra de Lacoste, “A Geografia”, como denúncia a proposta de uma Geografia diferente daquela Teórica-Quantitativa.

Não só Lacoste criticou o problema ideológico da Geografia, também Lefebvre, através das reflexões sobre os “fundamentos da compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade” (MOREIRA, 2000, p. 31). Lacoste propõe uma discussão quanto ao “problema ideológico político da questão do espaço” (MOREIRA, 2000, p. 31), já Lefebvre “esmiúça os fundamentos da compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade” (MOREIRA, 2000, p. 31), este apresenta o espaço enquanto categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade.

O livro “Por uma Geografia Nova” foi lançado no evento em Fortaleza em 1978, através do qual, Milton Santos traz as bases da sistematização das ideias. A partir de onde “descobre-se que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade” (MOREIRA, 2000, p. 32). Moreira (2000) afirma que Milton Santos muda a Geografia com este livro, submetendo a Geografia a uma releitura teórica, propondo uma nova teoria do objeto. As forças “anti-históricas” não aceitas pelos protestos estudantis, como de 1968, começam a perder força. Milton Santos promove a redescoberta da história na Geografia. “A crítica da morte da história, embutida na crítica do formalismo geometrante da ‘New Geography’, é então o salto para a noção do espaço como história” (MOREIRA, 2000, p. 33). O livro de Milton Santos ainda hoje é proclamado enquanto símbolo da renovação da Geografia. “Há um processo de crítica que antecede a 1978, cresce e se auto alimenta no seu próprio movimento. Mas o movimento é vago e o protesto genérico. Falta-lhe o conteúdo que o explique. É isso o que lhe traz o livro de Milton Santos” (MOREIRA, 2000, p. 33).

Moreira (2000) aponta que durante os anos de 1974 e 1979, formulou-se o roteiro da renovação, através das publicações (A Geografia, A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra, Por uma Geografia Nova e Marxismo e Geografia), questões e ideias bases da mudança. O autor aponta que “não foi uma linha reta o percurso da renovação da geografia. Mas um movimento pleno de sinuosidades”

(MOREIRA, 2000, p. 36). O início foi representado pela crítica do discurso (ideologia), o envolvimento institucional/político e o estatuto epistemológico, passando por questões de utilidade e viabilidade.

A crítica ideológica foi o primeiro momento da renovação, baseada em Lacoste, denúncia de uma Geografia com saber neutro e inútil, o saber que esconde na paisagem os problemas internos, denúncia dos saberes maiores (ligados ao poder), interesse ideológico da Geografia. A crise além de ideológica, passa pela própria definição do objeto da Geografia, isso devido ao fato de que mais se discute sobre a Geografia do que sobre seu objeto, enfraquecendo essa definição. A crítica sobre a ciência geográfica “começa como uma denúncia ético-finalista de um saber posto secularmente a serviço do poder e dos poderosos, e daí avança, alicerçada na própria matéria-prima oferecida pela trilogia bibliográfica básica [Por uma Geografia Nova, A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra e Marxismo e Geografia]” (MOREIRA, 2000, p. 37). Juntamente ao contexto, começa a ser discutido com maior intensidade o objeto da Geografia, os conceitos de permearão as análises geográficas.

Apesar de o movimento de renovação da Geografia ser considerado enfraquecido já na década de 1980 (MOREIRA, 2000), precedido por um momento de apaziguamento das discussões, entende-se que a Geografia ainda é uma ciência em crise. A renovação de uma ciência passa pelo entendimento que os cientistas têm das questões que a história está a ela pondo, mas, sobretudo, a possibilidade da renovação se origina na consciência das coisas postas (MOREIRA, 2000). Assim como outras ciências, a Geografia também passa por suas crises, porém, em termos teóricos, a crise não é algo totalmente ruim, pois permite que haja o diálogo e as transformações, “a crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo. Isso justifica uma permanente vigilância daqueles que têm como tarefa a busca de um novo caminho” (SANTOS, 1996, p. 93).

Assim, para que haja evolução no pensamento científico é necessário que existam períodos de crise, pois é justamente nestes em que profundos debates serão travados, mostrando que a discussão acerca da ciência ainda não é uma realidade findada, justamente porque a ciência também se dinamiza com os vários contextos históricos e sociais, se constituindo em um produto da própria história. Segundo Santos (2014), “para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”. Assim, como espaço entende-se a síntese entre os conteúdos sociais, ou seja, aqueles que são influenciados pela ação humana, e as formas espaciais, propriamente físicas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir um conceito tão abrangente quanto o espaço geográfico certamente não é tarefa das mais fáceis, especialmente por ser uma discussão que ainda movimentava o pensamento geográfico e as abordagens no âmbito desta ciência. A elaboração de uma definição precisa acerca do conceito de espaço geográfico a partir de uma releitura dos vários autores que influenciam o pensamento geográfico não é algo que pode ser realizado com clareza metodológica, pois quanto mais leituras são estabelecidas, maiores possibilidades de questionamento e reflexão surgem ao pesquisador. Mas essa incerteza atua no campo do amadurecimento científico, pois possibilita um questionamento construtivo, especialmente diante de debates em ocorrência.

Compreender o espaço geográfico é essencial para que se compreendam os demais conceitos da Geografia, de modo que torna-se inviável uma discussão sobre os territórios e que não leve em consideração a dimensão espacial, a qual é a base de todas as transformações ocasionadas pelas relações sociais. Do mesmo modo, falar em região e não considerar a dimensão do espaço é relegar o aparato concreto no qual as regiões estão dispostas. Da mesma forma quando os conceitos abordados são o lugar e a paisagem, torna-se necessário considerar sobre qual base estes conceitos estão calcados. Isso não quer dizer que o espaço precisa ser base fundamental em todas as discussões no campo da Geografia, mas que é pertinente levar em consideração que os demais conceitos são delimitados a partir de uma base abrangente, que é o espaço geográfico.

O espaço geográfico é um produto resultante das relações socioespaciais que nele se estabelecem, sejam elas da ordem que forem, políticas, econômicas ou simbólicas. E neste sentido, a sociedade tem papel fundamental, uma vez que as relações que os homens estabelecem entre si acabam por refletir na dinamização do espaço, configurando e reconfigurando este constantemente, em conformidade com os vários períodos

históricos. São as práticas espaciais dos homens que estabelecem sentido ao que o conceito representa. No entanto, essas práticas espaciais não podem ser naturalizáveis, mas devem considerar a apropriação desigual do espaço por parte dos homens, gerando conflitos que se refletem também na forma pela qual o espaço geográfico está organizado.

## 5. REFERÊNCIAS

- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Orgs.). **Elementos Epistemológicos da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território. **Conteúdos e Didática de Geografia**, UNESP. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1\\_d22\\_v9\\_t02.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf)>. Acesso em 31 Jul. 2016.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988). In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**. Ano II. Nº 3. Rio de Janeiro, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Douglas. **Um objeto para a Geografia**: sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. Revista Terra Livre. Nº 30. 2008b.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 4ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.